

Turismo e câmara setorial

Maria Angélica Fonseca

A modernização da gestão do setor turístico está sendo, finalmente, reconhecida pelo atual Governo do Estado, quando anuncia a criação de



uma Câmara Setorial para o turismo, dentre outras. Certamente, a câmara deverá apoiar as ações do setor, representada por um fórum onde os órgãos públicos e os empresários de turismo buscarão soluções para o desenvolvimento do turismo capixaba.

Organizar e gerir a estrutura territorial e promocional do turismo implica muito no envolvimento da comunidade receptora e dos órgãos municipais do turismo, especialmente aqueles que aderiram ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Como um instrumento necessário ao planejamento das atividades turísticas, este programa convoca os municípios a se estruturarem, constituindo os

Conselhos Municipais de Turismo, a criação dos Fundos de Turismo, dos Planos Diretores, dos Inventários do Patrimônio Turístico e todo e qualquer estudo que sirva como subsídio aos empresários interessados em investir no ramo.

A importância de uma Câmara Setorial para o turismo cresce, e muito, no momento em que tenha o apoio operacional de um organismo de gestão eficiente, dinâmico e, sobretudo, comprometido com resultados, sem que os entraves burocráticos e os empenhos prévios venham a dificultar a implementação dos programas propostos.

O sistema turístico do Espírito Santo está hoje constituído por quatro subsistemas: Litoral Centro, Litoral Norte, Litoral Sul e Região de Montanha, envolvendo 22 municípios, com uma oferta diversificada e que ainda permita uma ordenação territorial configurada nos espaços naturais preservados e protegidos.

O modelo turístico proposto pelo Plano Integrado do Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo encontra-se fundamentado em três elementos imprescindíveis para o turismo sustentável: planejamento, preservação do espaço e ações pro-

mocionais que venham contribuir para a melhoria do coeficiente de atração turística, onde, sem uma mudança de imagem, esse coeficiente não alterará a preferência do turista pelo nosso Estado.

O plano propõe aos municípios turísticos a elaboração dos PDU's adequando-os aos programas indicados para o desenvolvimento de um Plano Diretor de Turismo. Considerado pelo jornalista Gilvan de Brito como o mais moderno e dinâmico instrumento de apoio e desenvolvimento econômico do país, as câmaras setoriais funcionam com a presença de todos os segmentos em rodadas de negociação.

Em nível nacional, a Câmara Setorial de Turismo, ligada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, é composta por 30 entidades da classe turística, incluindo a Embatur e o Sebrae, que se distribuem em quatro grandes grupos de trabalho. Tendo como base as experiências dessa e outras câmaras, é possível se definir uma estratégia quanto à criação de quatro grupos executivos para gerir as ações aprovadas pela Câmara de Turismo.

Torna-se necessário, no entanto, identificar em cada subsistema as

organizações relacionadas com os hotéis e restaurantes, com os meios de transporte, as agências de turismo, órgãos governamentais e não-governamentais, com a finalidade de se harmonizar e coordenar esforços, de forma a garantir a implementação das ações agrupadas em grandes projetos como: o Desenvolvimento da Infra-estrutura Turística, Recursos Humanos, Projetos Especiais, culminando com o Marketing Turístico. As atividades correlatas à promoção de turismo devem ser precedidas de estudos de mercado, como forma de otimizar os recursos financeiros exigidos por essa área.

Os municípios, como verdadeiros "donos" do patrimônio turístico, devem ser envolvidos na câmara com propostas e iniciativas que contribuam para a melhoria e enriquecimento do turismo, desbancando assim a "maldição congênita do turismo" como os "palanquetur", "gambiarratur", os "sonotur da vida", superados no momento pela indústria do "triotur".

Maria Angélica Fonseca é consultora do Sebrae-ES